

Figueiredo lê minuta da carta ao FMI

Marcio di Pietro

"Se ele gostou da carta? É o caso de perguntar diretamente a ele". Foi assim que o ministro do Planejamento, Delfim Netto, respondeu, ontem, sobre qual foi a reação do presidente João Figueiredo ao ler a nova carta de intenções (a quinta) que o Brasil enviará ao FMI.

Delfim disse que a carta está elaborada e que só falta, agora, a datilografia final. Depois, ela será enviada ao gerente-geral do FMI, Jacques De Larosiere. Porém, Delfim não deu data para o envio da carta. O importante, de fato, são os compromissos de novo assumidos pelo Brasil, como um déficit em transações correntes de apenas US\$ 5 bilhões.

A carta de intenções, que fixa os parâmetros da economia para o segundo e terceiro trimestres deste ano, será enviada "talvez esta semana" ao gerente-geral do fundo, e, ao mesmo tempo, aos presidentes do Senado Federal e da Câmara dos Deputados.

Após almoço oferecido ao presidente do Manufactures Hanover Truste, John Mogillicuddy, Delfim disse, ainda, que a carta só não foi divulgada porque falta corrigir alguns erros de datilografia e ele está sem datilógrafo.

Empresários

O ministro Delfim Netto, disse ontem que inicia na próxima semana encontros

setoriais com empresários, na troca de idéias para tentar reduzir um pouco os elevados índices de inflação, que têm batido sucessivos recordes históricos. Delfim disse que os encontros já estão marcados e reiterou a esperança de que a taxa de inflação seja menor este mês. Evitou fazer qualquer previsão sobre o comportamento dos preços durante o ano.

Para técnicos do Ministério da Fazenda, a prioridade governamental é mesmo a inflação. A tentativa é reduzi-la pelo menos aos 170% combinados informalmente como o Fundo Monetário Internacional. O Brasil não pode falhar desta vez, porque senão desmoraliza de vez o programa acertado com o FMI.

Estatais

O secretário-geral do Ministério da Fazenda, Mailson Nobrega, disse que o governo já decidiu: a Eletrobrás e a Siderbrás vão pagar suas dívidas com o Tesouro Nacional, contraída através do aviso GB-588 em 1983, sob a forma de ações das duas empresas. Mailson não revelou o montante dos recursos que serão pagos na forma de ações, mas dados extra-oficiais indicam que a Eletrobrás e a Siderbrás ficaram devendo pelo aviso GB-588, no ano passado, cerca de Cr\$ 1,3 trilhão.



O ministro César Cals e os empresários de mineração do ouro durante a assinatura dos contratos